

5

Considerações Finais

Em qualquer sociedade, em uma área de conhecimento ou em um campo de pesquisa, mudanças sempre geram conflitos e conflitos servem para derrubar paradigmas e estabelecer outros, para desmascarar ídolos ou revelar heróis. Dentro do campo educacional o Brasil já presenciou vários desses momentos.

A década de 1920 foi o espaço e o tempo de agitações, conflitos e construções que, pela sua relevância, não apenas dentro do seu tempo mas também pelos frutos deixados para as gerações seguintes, vale a pena ser revisitado.

Com o advento da República instalou-se no Brasil de maneira indissociável à idéia de progresso através da Educação. Essa premissa materializou-se, ganhou forma, por meio da luta contra o analfabetismo, da renovação dos métodos educacionais, da crença mitificada nos poderes da ciência. Movimentos que ganharam notoriedade na década de 30 com o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* e, se arrastaram até o século XXI como reflexo anacrônico de um ideal, formatando mas não fundamentando os pronunciamentos políticos acerca da Educação.

A vinculação da disseminação da Educação com o desenvolvimento parece, hoje, ingenuidade ideológica e reducionismo social. No entanto, não realizamos o sonho, descartamos a Educação como instrumento de modificação social e econômica sem testá-la. Se o senso de 1920 detectou que 80% da população restava analfabeta, hoje, figuramos entre as piores avaliações mundiais. Destruímos a crença na Educação sem que ele nunca tenha nos proporcionado uma experiência real.

A desconstrução dessa crença tirou a Educação da pauta das questões nacionais e afastou a intelectualidade brasileira da discussão sobre o tema. Em contraste com a década de 20, onde a associação entre modernidade e Educação atraía todos os olhares, a Educação, hoje, figura timidamente na Imprensa e nos debates públicos quebrando o elo com o progresso nacional.

No entanto, não foi apenas a associação da Educação à idéia de progresso que marcou a década de 1920. A sistematização da Educação escolar desponta como traço peremptório do período, denunciando a modernidade educacional por meio da reconfiguração do seu lugar social.

Aqui, chegamos ao exercício a que esse trabalho se propôs. Descortinar a problemática do estabelecimento de um tempo e um espaço escolar, na capital federal dos anos 20, por meio das publicações de um periódico de grande circulação.

Para tanto, destacamos a necessidade de abandonar a prática de analisar a década de 20 conectando-a à década subsequente, os anos 30. Reduzida à condição de vestíbulo e estudada de forma enviesada, os anos iniciais da Primeira república acabaram por perder a suas especificidades e seu lugar de memória (Cf. LOPES, 2001) em favor do grupo de intelectuais que se auto denominaram *Pioneiros da Educação Nova*.

Essa desqualificação seria operada, em particular, na análise acerca da instrução brasileira, por Fernando de Azevedo em sua obra *A cultura brasileira*, reservando lugar de destaque à reforma por ele operada.

Tem-se considerado como ponto culminante, no movimento de renovação educacional no Brasil, a reforma de 1928 no Distrito Federal, que se tornou o foco mais intenso de irradiação das novas idéias e técnicas pedagógicas. Alguns historiadores da educação não hesitaram mesmo em afirmar que, com a reforma consubstanciada no decreto n. 3281, de 23 de janeiro de 1928, se entrou resolutamente numa fase nova da história da educação nacional. Seja qual for, porém, o ponto de vista que se tenha de adotar, na apreciação dessa reforma, é certo que, segundo o julgamento de autoridades nacionais e estrangeiras, ela marcou, nos domínios da educação, um período revolucionário, não só pelas idéias francamente renovadoras que a inspiraram e que, por ela, entraram em circulação, como pela fermentação de idéias que provocou e pelo estado social que estabeleceu, de trepidação dos espíritos, de sôfregas impaciências e de aspirações ardentes. Nenhuma outra, de fato, até 1930, imprimiu ao nosso sistema de educação uma direção social, tanto quanto nacionalista, mais vigorosa, nem levou mais em conta, no conjunto como nos seus detalhes, a função social da escola; nenhuma outra atendeu mais ao enriquecimento interno da escola e ao alargamento do seu raio de ação; nenhuma outra procurou articular mais estreitamente as atividades escolares com a família, com os meios profissionais interessados, com a vida nacional e as necessidades e condições do mundo moderno (AZEVEDO, 1944, p.390).

Longe de desqualificar a reforma empreendida por Azevedo tentamos, nesse trabalho, definir a relevância das agitações que entrecortaram o estabelecimento de uma rede educacional no Distrito Federal. Destacando que se Azevedo exalta a nova direção dada ao nosso *sistema de educação* pela reforma de 28, o

estabelecimento desse mesmo sistema valeu-se das regulamentações locais e dos conflitos das duas décadas iniciais da República para se fundamentar.

Esperamos ainda, ter contribuído para o entendimento da história da educação da cidade do Rio de Janeiro, na sua atuação como capital da República bem como, na condição de município provedor da educação popular. Para esse entendimento, buscamos conceder destaque à postura adotada pela cidade frente às determinações da Constituição de 1891 por meio dos decretos e avisos municipais que geraram a atmosfera educacional do período.

Por fim, a visualização dessa regulamentação por meio do Jornal do Commercio, assim como as considerações acerca da Instrução nele presentes, objetivou trazer o foco para a Imprensa periódica, não a imprensa especializada, como fonte profícua para a História da Educação.